

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Andressa Schütz Gigante

SEXUALIDADE E CURRÍCULO ESCOLAR:
ANÁLISE DAS DIRETRIZES NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E NA
BNCC

Porto Alegre

2024

Andressa Schütz Gigante

**SEXUALIDADE E CURRÍCULO ESCOLAR:
ANÁLISE DAS DIRETRIZES NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E NA
BNCC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Souza de Camargo

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Schutz Gigante, Andressa
SEXUALIDADE E CURRÍCULO ESCOLAR: ANÁLISE DAS
DIRETRIZES NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E NA BNCC
/ Andressa Schutz Gigante. -- 2024.
29 f.
Orientadora: Tatiana Souza de Camargo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Biociências, Licenciatura em Ciências Biológicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. sexualidade. 2. BNCC. 3. Referencial Curricular
Gaúcho. I. Souza de Camargo, Tatiana, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Andressa Schütz Gigante

SEXUALIDADE E CURRÍCULO ESCOLAR:
ANÁLISE DAS DIRETRIZES NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E NA
BNCC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Souza de Camargo

Porto Alegre, 19 de agosto de 2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Marilisa Bialvo Hoffmann
Departamento de Ensino e Currículo/FACED

Prof. Dr. Márcio Borges Martins
Departamento de Zoologia/IB

Profa. Tatiana Souza de Camargo - Orientadora
Departamento de Ensino e Currículo/FACED

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de alguma forma, nesses sete anos e meio de graduação, fizeram-me lembrar que após as tempestades, sempre sai o sol.

RESUMO

Esse trabalho visa compreender como o Referencial Curricular Gaúcho e a Base Nacional Comum Curricular apresentam suas propostas de trabalho sobre Educação Sexual no Ensino Básico. A pesquisa qualitativa documental foi realizada através da análise das versões oficiais, divulgadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Buscou-se identificar quais são as proposições centrais de ambos os documentos, buscando as complementaridades e/ou divergências entre ambos documentos e apontar quais possíveis desdobramentos estas teriam sobre a aplicação das aulas de Educação Sexual no ensino no Rio Grande do Sul. Observou-se mais a ocorrência das palavras “sexualidade” e “gênero” no Referencial Curricular Gaúcho para Ensino Médio do que na BNCC e no RCG para ensino fundamental, o que pode estar atrelado a idade dos alunos nesta etapa de ensino e a menor visibilidade do RCG a grupos conservadores pelo caráter regional do documento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual. BNCC. Referencial Curricular Gaúcho.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el Referencial Curricular Gaúcho y la Base Nacional Comum Curricular abordan la Educación Sexual en la Educación Básica. Se llevó a cabo una investigación cualitativa documental mediante el análisis de las versiones oficiales proporcionadas por el Ministerio de Educación y la Secretaría de Educación de Rio Grande do Sul. Se buscó identificar las propuestas centrales de ambos documentos, comparando sus complementariedades y divergencias, y evaluar las posibles repercusiones para la implementación de las clases de Educación Sexual en el sistema educativo de Rio Grande do Sul. Se observó que las palabras “sexualidad” y “género” aparecen con mayor frecuencia en el Referencial Curricular Gaúcho para la Educación Secundaria en comparación con la BNCC y el RCG para la Educación Primaria. Esta diferencia podría deberse a la edad de los alumnos y a la menor visibilidad del RCG por su carácter regional.

PALABRAS-CLAVE: Educación Sexual. BNCC. Referencial Curricular Gaúcho.

ABSTRACT

This article explores how the *Referencial Curricular Gaúcho* (RCG) and the *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) address Sexual Education in Basic Education. Through qualitative documentary research, we analyzed the official versions issued by the Ministry of Education and the Secretariat of Education of Rio Grande do Sul. Our goal was to identify the key proposals in both documents, examining their similarities and differences, and to assess the potential implications for implementing Sexuality Education in Rio Grande do Sul schools. Notably, the terms "sexuality" and "gender" appeared more frequently in the RCG for high school compared to the BNCC and the RCG for elementary education. This difference might be related to the students' age and the regional nature of the RCG, which may lead to lower visibility and influence from conservative groups.

KEYWORDS: Sex Education. BNCC. Gaúcho Curriculum Reference.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido
PNC	Parâmetros Curriculares Nacionais
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
RCGEM	Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
Sinepe/RS	Sindicato do Ensino Privado
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais
Undime/RS	União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul



SUMÁRIO

Referencial teórico	10
Metodologia e análise.....	12
Discussão e análise	12
A Base Nacional Comum Curricular	13
Referencial Curricular Gaúcho	13
A BNCC e a sexualidade.....	14
O Referencial Curricular Gaúcho e a sexualidade	17
A BNCC e os seus desdobramentos no Referencial Curricular Gaúcho	23
Referências.....	25

***SEXUALIDADE E CURRÍCULO ESCOLAR: ANÁLISE DAS DIRETRIZES
NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E NA BNCC***

***SEXUALIDAD Y CURRÍCULO ESCOLAR: ANÁLISIS DE
LINEAMIENTOS EN EL REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO Y EL BNCC***

***SEXUALITY AND SCHOOL CURRICULUM: ANALYSIS OF
GUIDELINES IN THE REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO AND IN THE
BNCC***

Andressa Schütz Gigante¹

Tatiana Souza de Camargo²

Referencial teórico

Fale bem ou fale mal, mas falem de mim, é assim que se dá a discussão sobre a Educação Sexual das escolas brasileiras. Muito antes da sua implementação oficialmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já em 1990, devido às mudanças de comportamento da população brasileira na década de 80, com os altos índices de gravidez da adolescência e o alto risco de contágio por HIV (Vicente, 2023), a sexualidade é um tema que faz notar sua presença na ponta da mesa do povo brasileiro e sai sem pagar a conta, deixando uma sensação de semi-presença.

Nas discussões sobre o assunto, não faltam opiniões: dos pastores das igrejas evangélicas nos palanques apontando os livros didáticos como doutrinação; de círculos de pais e mestres fervorosos, com medo de que seus filhos sejam ensinados a como fazer sexo com quinze anos de idade; professores com medo de perderem seus suados empregos; diretoras e coordenadoras pedagógicas aflitas, tentando mediar toda a comunidade escolar; e uma onda conservadora que, em 2014, começou o seu plano de desmonte da Educação Sexual como Proposta Pedagógica ao substituir o termo “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” pela expressão “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” no Plano Nacional de Educação (Medes, Maheirie & Gesser, 2021, p. 21).

Esse é um dos movimentos que vêm demonizando a Educação Sexual no Brasil a partir da palavra “gênero”, em movimentos ora sutis - como em 2015, quando a

¹ Licencianda em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Docente da Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

portaria que designava o “Comitê de Gênero” foi substituída pelo então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, para “Comitê de Combate Às Discriminações”, em resposta à pressão da Frente Parlamentar Evangélica (Medes, Maheirie & Gesser, 2021) - ora mais escrachados - como quando a mesma frente impediu que os Kit Anti-homofobia fossem distribuídos em escolas, o que na época ficou conhecido como “kit gay”, *fake news* que perdura até a atualidade.

No mesmo passo, esses movimentos conservadores não estiveram restritos às esferas do Congresso e Senado, atacando a BNCC, mas também “pipocaram” em diversos estados brasileiros. Em 2014, mesmo ano em que a palavra gênero sumia do Plano Nacional de Educação, houve uma ascensão desses movimentos dentro do estado do Rio Grande do Sul. Cito, por exemplo, a situação em que o então vereador da cidade de Caxias do Sul, Chico Guerra, propunha na Câmara Municipal de Vereadores um projeto de lei que solicitava, entre outras nuances, o banimento de materiais didáticos que fizessem menção à identidade de gênero ou “ideologia de gênero” (Bevilaqua, 2017), sintagma que surge através de um fenômeno chamado por Andrea Petõ (2017) de “aglutinante simbólico”. Segundo Barzotto (2021), esse fenômeno permite atribuir novos sentidos à palavra “gênero”, o fazendo perder o sentido originalmente atribuído pela comunidade científica e movimentos sociais, causando pânico entre a população.

Um ano após esse evento, é homologada a implementação e redação do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), documento que desdobra a BNCC e busca adaptá-la as necessidades curriculares regionais do estado em relação ao Novo Ensino Médio e as novas diretrizes de Ensino Fundamental e de Educação Infantil propostos pela BNCC. A Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul define o Referencial Curricular Gaúcho como “novo projeto, que já começa a ser implantado em 2019, [que] visa agregar temáticas regionais como história, cultura e diversidade étnico-racial, de forma complementar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (Costa, 2018).

Levando em consideração esse cenário político – a saber: as modificações implementadas na BNCC ao longo dos anos e a criação do Referencial Curricular Gaúcho durante esses movimentos de repressão – esse artigo busca entender e correlacionar como o RCG e a BNCC pautam questões de gênero e sexualidade a serem trabalhadas nas disciplinas de Ciências e de Biologia das escolas do Rio Grande do Sul, visto que a temática ainda gera ansiedade e conflitos nas escolas, tanto da parte dos professores, quanto do conselho escolar, quanto dos pais dos discentes.

Mesmo com esse cenário, a escola segue como um dos únicos espaços laicos e democráticos para o trabalho da Educação para Sexualidade, e as tentativas de

supressão contínuas dessa temática se mostram em números: de 2009 a 2019, o uso de preservativos despencou de 72,5% para 59% entre jovens de 13 a 17 anos. (Folha de São Paulo, 2022), e o Rio Grande do Sul tornou-se o segundo colocado no índice de detecção de sífilis entre todos os estados do Brasil, perdendo apenas para o de Santa Catarina (GZH, 2021). Silenciar a Educação Sexual nas escolas pode também contribuir para o aumento de um índice alarmante do antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que diz que cerca de 75,9% dos casos de abuso contra crianças e adolescentes no Brasil ocorrem em ambiente familiar, e destes, cerca de 40% são praticados por algum familiar ou conhecido (Brasil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022). Saliendos esses dados, é evidente a importância da permanência da temática da Sexualidade no currículo da Educação Básica não só por questões da individualidade dos alunos, mas também de saúde pública e proteção infante-juvenil.

Metodologia e análise

A metodologia dessa pesquisa qualitativa consiste em uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), buscando ocorrência dos termos “sexualidade” e “gênero”, que são palavras normalmente usadas para indicar a temática da Educação para a Sexualidade.

A pesquisa documental, segundo Maria Oliveira (2007), se caracteriza pela análise de documentos que não receberam tratamento científico, ou seja, são as fontes primárias, pois não receberam olhar analítico e estão diretamente relacionadas com os fatos a serem analisados. As versões utilizadas para análise foram: as três primeiras versões prévias da BNCC; a quarta versão, que foi aprovada e está veiculada no site oficial do Ministério da Educação; o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental, publicado em 2019; e o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCGEM), publicado em 2021. Os dois últimos foram publicados na página oficial do Referencial Curricular Gaúcho. As disciplinas analisadas são das áreas da Ciências da Natureza, que correspondem ao ensino de Ciências, no ensino fundamental, e ao ensino de Biologia, no ensino médio.

Discussão e análise

A Base Nacional Comum Curricular

Prevista desde a Constituição de 1988, a Base Nacional Comum Curricular teve sua primeira publicação em 2016, após 29 anos de sua idealização. O documento busca definir as aprendizagens essenciais que todos os estudantes precisam desenvolver ao longo da sua jornada na Educação Básica, sendo a referência nacional para a formação dos currículos nas escolas em todos os estados e cidades do país (Brasil, 2018a).

Dividida em cinco áreas distintas, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Ensino Religioso e Matemática, a BNCC busca trazer o desenvolvimento de saberes científicos, mas também cotidiano a vida dos alunos, através de competências, habilidades e valores (Eder Matos, 2021), e segundo a própria introdução de sua última versão,

(...) espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (Brasil, 2018a, p. 10)

A publicação da BNCC causou e ainda causa polêmica, entre diversos pontos, por se propor a ser um documento que busca trazer uma unidade curricular para contextos educacionais extremamente complexos e muito distintos socialmente, culturalmente e politicamente (Barbosa, Del Rio & Mello, 2019). Quando na ocasião de publicação de sua versão final, em 2016, a BNCC tornou-se o documento referência para a elaboração dos currículos estaduais de cada estado brasileiro (Brasil, 2018).

Referencial Curricular Gaúcho

Publicado pela primeira vez em 2018 para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental e em 2021 para o Ensino Médio, o Referencial Curricular Gaúcho tem como objetivo criar uma base curricular comum que integre as redes privadas, municipais e estaduais no estado do Rio Grande do Sul (Matos, 2021). Sua elaboração após a publicação da BNCC tem papel fundamental para nortear a reorganização curricular nas escolas gaúchas, já que o RCG é o documento orientador para que os municípios elaborem seus próprios currículos, podendo ser traduzido como uma versão regional de um documento de nível nacional (Freitas & Silva, 2023).

Quanto ao seu desenvolvimento, o RGC contou com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime/RS), o Sindicato do Ensino Privado (Sinepe/RS), debates a nível municipal, regional e nacional e também com a participação dos professores e da sociedade como um todo através de canais digitais para contribuição, embora não se possa afirmar que essas sugestões tenham sido avaliadas e ouvidas, não podendo inferir se houve de fato participação civil e docente ou se essa formalidade era apenas para simular tal representatividade (Freitas & Silva, 2023).

A primeira versão do Referencial Curricular Gaúcho foi publicada em 2018, durante a gestão de José Ivo Sartori (2015-2019), e abrangia a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. A segunda versão, chamada Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio, foi publicada em 2021, durante o primeiro mandato de Eduardo Leite (2019-2022), e abrangia apenas o Ensino Médio.

A BNCC e a sexualidade

De maneira a dar sequência a um processo pré-existente, a BNCC buscou formalizar o que já havia sobre o ensino de Educação para a Sexualidade, antes presente desde a década de 90 nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com o nome de “Orientação Sexual”, em um cenário onde os índices de gravidez na adolescência e de contaminação pelo vírus do HIV cresciam entre os jovens (Vicente, 2023). Quando lemos o documento da PCN (Brasil, 1997) sobre a implementação das aulas de “Orientação Sexual”, fica clara a mudança de mentalidade do brasileiro em relação ao ensino sobre sexualidade da década de 90 para a realidade atual. Uma pesquisa de 1993 do Data Folha revelava que 86% da população de dez capitais brasileiras se declarava favorável aos estudos de Orientação Sexual no currículo escolar (Brasil, 1997).

O texto dos PCN afirmava categoricamente que as aulas de Orientação Sexual iam para além do ensino de funções reprodutivas, também se dedicavam para o aprendizado da auto regulação emocional e psíquica, da expressão e do exercício da sexualidade com responsabilidade (Leôncio, 2013). Em seu texto original, a PCN ainda pontua:

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura”

A criação da BNCC, que contou com profissionais de 35 universidades brasileiras e, posteriormente, com consulta pública a sociedade civil e escolar, buscou também incorporar a diversidade religiosa, cultural, sexual e gênero em seu texto (Neira, Júnior & Almeida, 2016). Nas primeiras três versões, o documento pautava por diversas vezes o ensino de gênero e sexualidade no currículo, não só no Ensino Médio, mas também na Educação Infantil, como pode ser observado nos Quadros I, II, III e IV.

Quadro I – BNCC em sua primeira versão (2015)

BNCC EM SUA PRIMEIRA VERSÃO (2015)		
ETAPA/ANO	ONDE ESTÁ LOCALIZADO	QUAIS AS MENÇÕES ÀS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE
Educação Infantil	Princípios orientadores	[...] Em função disso, o foco do trabalho pedagógico deve incluir a formação pela criança de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social das pessoas, apoiando as peculiaridades das crianças com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com transtornos de desenvolvimento (BRASIL, 2015, p.19).
Educação Física Ensino Fundamental 1º, 2º e 3º anos	Objetivos de aprendizagem do componente curricular	Realizar brincadeiras e jogos presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo as diferenças de gênero, étnico-raciais, religiosas, de classe social e de aparência e/ou desempenho corporal. Realizar rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e danças presentes na cultura comunitária a partir de princípios da justiça, equidade e solidariedade, com ênfase para as relações igualitárias e de gênero (BRASIL, 2015, p. 101).
Ciências Ensino Fundamental 9º ano	Unidades de conhecimento e objetivos de aprendizagem	Compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade. Exemplo: Reconhecer mudanças no organismo que ocorrem com a adolescência; reconhecer responsabilidades decorrentes de tais mudanças, relacionadas a comportamentos sociais e à sexualidade (BRASIL, 2015, p. 182).
Biologia	Fundamentos do componente no Ensino Médio	[...] Pode-se dizer que o jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; (BRASIL, 2015, p.187).
Biologia Ensino Médio 2º ano	Unidades de conhecimento e objetivos de aprendizagem	Compreender que o fenótipo resulta de complexas relações entre processos genéticos, epigenéticos e ambientais [...]. A partir desse ponto poderão ser discutidas questões sobre características humanas, tais como, as diferentes explicações para homossexualidade; ou os resultados de experimentos com gêmeos idênticos que se desenvolveram em ambientes culturais e sociais distintos. (BRASIL, 2015, p. 200)
Sociologia Ensino Médio 2º ano	Objetivos de aprendizagem	Compreender a perspectiva socioantropológica sobre sexo, sexualidade e gênero (BRASIL, 2015, p. 300).

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro II – BNCC em sua segunda versão (2016)

BNCC EM SUA SEGUNDA VERSÃO (2016)		
ETAPA/ANO	ONDE ESTÁ LOCALIZADO	MENÇÕES À GÊNERO E SEXUALIDADE
Educação Infantil	Texto introdutório	O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas do nosso pertencimento social, que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (BRASIL, 2016, p. 70).
Biologia Ensino Médio	Estrutura do componente	[...] O jovem não pode prescindir do conhecimento conceptual em Biologia para estar bem informado, posicionar-se e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto (BRASIL, 2016, p. 150).
Arte Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	Objetivos de aprendizagem	Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula, de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2016, p. 237). Refletir sobre as experiências teatrais, desenvolvidas em aula, de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2016, p. 239). SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5559 .
Língua Estrangeira Ensino Fundamental Anos finais	Fundamentos	Nesse período da vida, os/as estudantes modificam os vínculos sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade, a construção de valores próprios e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero (BRASIL, 2016, p. 368).
Ciências Ensino Fundamental 8º ano	Objetivos de aprendizagem	(EF08CI09) Relacionar as dimensões orgânica, cultural, afetiva e ética na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade (BRASIL, 2016, p. 447).
Ensino religioso Ensino Fundamental 9º ano	Objetivos de aprendizagem	Elaborar questionamentos referentes à existência humana e às situações-limite que integram a vida, articulados às questões socioambientais, geopolíticas, culturais, religiosas, de gênero e sexualidade, dentre outras (BRASIL, 2016, p. 485).
Biologia Ensino Médio	Fundamentos	O jovem não pode prescindir do conhecimento conceptual em Biologia para estar bem informado, posicionar-se e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto (BRASIL, 2016, p. 597).

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro III – BCCC em sua terceira versão (2017)

BNCC EM SUA TERCEIRA VERSÃO (2017)		
ETAPA/ANO	ONDE ESTÁ LOCALIZADO	MENÇÕES À GÊNERO E SEXUALIDADE
Ensino Fundamental	Fundamentos	[...] Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, "intensificando suas relações [dos estudantes] com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios" [...] (BRASIL, 2017a, p. 56)
Arte Ensino Fundamental 6º ao 9º ano	Habilidades	Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros contextos, de modo a problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2017a, p. 165)
Ciências Ensino Fundamental 8º ano	Habilidades	Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de orientação sexual. (BRASIL, 2017a, p. 301)
Geografia Ensino Fundamental	Competências específicas	6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo (BRASIL, 2017a, p. 318)
História Ensino Fundamental 9º ano	Habilidades	Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema (BRASIL, 2017a, p. 379) Avaliar as dinâmicas populacionais e as construções de identidades étnico-raciais e de gênero na história recente (BRASIL, 2017a, p. 381)

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro IV – BCCC em sua versão aprovada e em vigor (2018)

BNCC EM SUA VERSÃO APROVADA E EM VIGOR (2018)		
ETAPA/ANO	ONDE ESTÁ LOCALIZADO	MENÇÕES À GÊNERO E SEXUALIDADE
Ciências Ensino Fundamental 8º ano	Habilidades	Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017b, p. 349)

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que o termo gênero aparece empregado diversas vezes como o conceito normalmente utilizado nas ciências humanas. Ao mesmo passo, na mesma época, o Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004 e formalizado como projeto de lei em 2014, já se mobilizava para, segundo o próprio movimento, “combater a contaminação político-ideológica” e o “marxismo cultural” nas escolas e universidades (Miguel, 2016). Segundo Silva, Alves e Vida (2020), o MESP criou uma lógica fantasmática em torno desses termos que os colocava como inimigos da nação e que precisavam ser combatidos pelas esferas civis. No mesmo contexto, o termo “ideologia de gênero” surge como resposta de grupos conservadores e religiosos das igrejas católicas e pentecostais ao avanço de pautas progressistas em relação a direitos sexuais e reprodutivos, instigando que as temáticas de gênero e sexualidade na escola estariam trazendo “inversão de valores e incentivo à homossexualidade (Silva, 2019), e ameaçando o modelo tradicional de família cristã (Vicente, 2023).

Tais movimentos levaram o Ministério da Educação (MEC) a vetar diversos termos relacionados à sexualidade da versão oficial da BNCC (publicada posteriormente, em 2017, como mostra no Quadro IV), e reduziram as menções a algumas habilidades despidas de sentido social e cultural, focando apenas no viés biológico da sexualidade humana. A homologação desta versão censurada da BNCC mostra que o MEC absorveu o conservadorismo do Movimento Escola Sem Partido (Ximenes, 2017), e este, por sua vez, em uma fantasiosa movimentação, acredita que é possível barrar os assuntos sobre sexualidade na escola apenas retirando estes componentes do currículo escolar, mesmo que este seja um tópico “estampado na cara” dos jovens (Louro, 1997).

Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula —assumidamente ou não —nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes (Louro, 1997, p. 135).

A versão atual da BNCC segue diminuída dos conteúdos sobre gênero e sexualidade, mesmo com o *gap* temporal de quase dez anos destas últimas grandes alterações e censuras.

O Referencial Curricular Gaúcho e a sexualidade

Embora a temática da sexualidade não seja necessariamente uma novidade para os currículos gaúchos, o cenário estadual também sofreu as consequências dos movimentos anti-gênero que se espalharam pelo país a partir de 2014. Cito duas situações representativas da presença da temática da sexualidade no estado, como a ocorrida em 2011, onde a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) fez uma orientação as escolas gaúchas, solicitando que fossem realizadas ações educativas que promovessem o respeito à diversidade sexual e identidade de gênero como parte do Dia Internacional Contra a Homofobia, (Brasil, 2012); e em 2012, em que novamente a SEDUC promoveu uma formação para trinta assessores de coordenadorias regionais de educação do RS, em parceria com o Programa Saúde nas Escolas, para a promoção de saúde sexual e reprodutiva na população jovem.

O primeiro sinal deste movimento anti-gênero influenciando na educação gaúcha ocorreu em 2014, durante a votação dos Planos Municipais de Educação, que deveriam ser aprovados pelas câmaras de vereadores dos municípios. Naquele momento, o ponto central era excluir os debates sobre gênero e sexualidade nas escolas, o que ocorreu nas cidades de Caxias do Sul, Farroupilha, Novo Hamburgo e Rio Grande (Barzotto, 2021). Na época, o deputado estadual e então presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, afirmava que “a questão de gênero não tem necessidade de estar em um plano que prevê a educação para os próximos 10 anos” (Zero Hora, 2015). Já em Caxias, o vereador Chico Guerra buscou sancionar uma lei que proibia distribuição de material escolar que fizesse alusão a “ideologia e/ou identidade de gênero” em 2017 (Bevilaqua, 2017). Após esse projeto de lei ser considerado inconstitucional, o então prefeito, Daniel Guerra, ressuscitou novamente a proposta em 2018, para ser votada em caráter de urgência. Daniel afirmava que “o projeto deveria respeitar a vontade majoritária dos pais de crianças regularmente matriculadas na rede municipal”, mas não há nenhum indício de que alguma consulta com os pais da comunidade tenha sido realizada (Ciro Fabres, 2018).

É neste cenário que o Referencial Curricular Gaúcho se constrói. Em contraponto a BNCC, o RCG/RCGEM realmente busca ser um currículo a ser seguido pelas escolas (Freitas & Silva, 2023). Na sua versão de 2018, que abarca a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, observamos que nos “Princípios Orientadores do Documento”, destaca-se juntamente com outras concepções, a “Educação e formação de sujeitos no contexto escolar”, em que a palavra sexualidade é mencionada enquanto conceito dinâmico das Ciências Sociais:

Por essa razão, se faz necessária a promoção de um ensino que concentre suas ações na busca de uma aprendizagem significativa, atentando para as

diferentes experiências de vida de cada um, compreendendo que estas diferenças podem estar ligadas a uma série de fatores, tais como: classe social, gênero, relações étnico-raciais, sexualidade, religiosidade, faixa etária, linguagem, origem geográfica, etc. (Brasil, 2018b, p. 25)

Ao longo do documento, a palavra “sexualidade” aparece na área de Ciências da Natureza, no eixo temático Vida e Evolução, no Objeto de Conhecimento “Mecanismo de Reprodução e Sexualidade” com a habilidade EF08CI07 da BNCC se pulverizando em outras quatro habilidade do currículo gaúcho para o oitavo ano, porém nenhuma destas menciona a sexualidade com o viés da sexualidade humana enquanto conceito biológico, social e político, e sim como um mecanismo biológico de perpetuação de espécies não-humanas (Quadro VI). O outro momento em que a temática da sexualidade aparece é no desdobramento da habilidade EF08CI07, também do mesmo eixo temático e do mesmo ano, se pulverizando em quatro habilidade do currículo gaúcho, desta vez mencionando a sexualidade humana não só pelo viés puramente biológico, mas também psicossocial e interpessoal, quando pontua os relacionamentos coercitivos, isto é, que são feitos de maneira forçada, e comportamentos discriminatórios referentes à sexualidade.

Quadro VI – “Sexualidade” no RCG

Habilidades na BNCC	Habilidades no RCG
(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos	<p>(EF08CI07RS-1) Identificar as diferentes espécies de plantas e animais encontrados na região.</p> <p>(EF08CI07RS-2) Diferenciar a reprodução sexuada da assexuada, enfatizando o modo de fertilização, desenvolvimento do embrião e se há cuidado parental.</p> <p>(EF08CI07RS-3) Compreender o papel da reprodução na conservação e/ou modificação de características que envolvem a adaptação dos seres vivos no processo evolutivo.</p> <p>(EF08CI07RS-4) Reconhecer mecanismos de transmissão da vida, prevendo ou explicando a manifestação de características dos seres vivos.</p>
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciam as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).	<p>(EF08CI11RS-1) Reconhecer as diferentes dimensões da sexualidade humana.</p> <p>(EF08CI11RS-2) Compreender a infância e a adolescência como construção social e familiar através de diferentes mídias.</p> <p>(EF08CI11RS-3) Identificar e analisar comportamentos discriminatórios, intolerantes e de preconceitos referentes à sexualidade.</p>

	(EF08CI11RS-4) Reconhecer e debater sobre relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores.
--	--

Fonte: Adaptado de Brasil (2018b, p. 98-99)

Já em sua versão para o Ensino Médio, o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio se mostra bem mais abrangente em relação a essa temática. Já no sumário (Figura I), podemos ver que sexualidade e gênero estão presentes como um dos eixos dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) (Brasil, 2021). Os TCTs não são pertencentes a nenhuma área de conhecimento em específico, mas atravessam todas as áreas do conhecimento, problematizando questões centrais na vida dos estudantes. Deste modo, os TCTs se propõem a corroborar com uma educação escolar que promova a construção da cidadania por meio de práticas educativas interligadas, possibilitando um ensino que seja contextualizado, contemporâneo, humanitário, envolvente e democrático (Brasil, 2021).

Figura I – “Sexualidade” e “gênero” no RCGEM

Sumário do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (2021)

2.4 TEMAS CONTEMPORÂNEOS E TRANSVERSAIS	63
2.4.1 Introdução	63
2.4.2 Cultura Gaúcha e Diversidade Cultural	65
2.4.3 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	67
2.4.4 Educação Ambiental	68
2.4.5 Educação para o Consumo Consciente	69
2.4.6 Ciência, Tecnologia e Cultura Digital	71
2.4.7 Nutrição, Educação Alimentar e Saúde	73
2.4.8 Vida Familiar e Social	74
2.4.9 Violência Contra a Mulher	75
2.4.10 Saúde, Sexualidade e Gênero	77
2.4.11 Superação de Discriminações e Preconceitos como Racismo, Sexismo, Homofobia e outros	78
2.4.12 Conscientização, Prevenção e Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)	78
2.4.13 Educação em Direitos Humanos	79
2.4.14 Direitos da Criança e do Adolescente	81
2.4.15 Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso	82
2.4.16 Educação Financeira e Fiscal	83
2.4.17 Trabalho	85
2.4.18 Empreendedorismo	87
2.4.19 Educação para o Trânsito	89

Fonte: Brasil, 2021 (p. 12)<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/24135335-referencial-curricular-gaucha-em.pdf>

No TCT “Saúde, Sexualidade e Gênero”, vemos o reconhecimento do espaço escolar como um dos primeiros ambientes em que são promovidas diferenças através das interações, e valores são recriados e superados. Enfaticamente, o parágrafo afirma que “a escola não deve ser o espaço de reproduções dos padrões de comportamento sociais de representações estereotipadas de sexualidade”. De modo geral, o texto reforça que apenas o viés de saúde física e prevenção a doenças não é o suficiente, e que os diálogos sobre saúde precisam ser ampliados para saúde mental, respeito ao corpo, superação da discriminação de gênero e capacidade de interagir com os outros em harmonia (Brasil, 2021).

Mais à frente, já nos desdobramentos das habilidades propostas pela BNCC para o Ensino Médio, temos a sexualidade mencionada novamente na adaptação para o RCGEM, desta vez, em uma habilidade da BNCC em que não há menção à sexualidade em si, mas, como é característico da BNCC, a abertura para diversas interpretações levou a adaptação de “desafios contemporâneos para quais os jovens estão expostos” para uma listagem do que de fato seriam esses desafios: “IST’s, vícios em drogas,

diversidade e sexualidade”. O documento ainda sugere que essa temática seja abordada no primeiro, segundo e/ou terceiro ano do Ensino Médio (Figura II).

Figura II – Habilidades da BNCC adaptadas pelo RCGEM

Habilidade BNCC	Habilidade no RCGEM	Ano
(EM13CNT207): Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.	Propor ações coletivas com o intuito de informar e instruir o estudante, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo quanto: IST's, vícios, drogas, diversidade e sexualidade, vinculados aos estudos de bioquímica, sistema nervoso, sistema reprodutor, sistema digestório, compostos orgânicos.	1º, 2º e/ou 3º

Fonte: Brasil (2021, p. 107)

A última menção à sexualidade e gênero no Referencial Curricular Gaúcho ocorre no Modelo Itinerário Formativo Saúde I. Os Itinerários Formativos estão previstos pela BNCC e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio desde o ano de 2018 (Brasil, 2018c), e são uma novidade do Novo Ensino Médio, aprovado em 2017, que promove o aumento do tempo mínimo dos estudantes na escola de 800 para 1000 horas e flexibiliza o currículo, passando a oferecer os Itinerários Formativos a escolha do estudante como maneira de ofertar disciplinas com foco em algumas áreas de conhecimento. São elas: Tecnologia e Educação Financeira, relacionadas com a área Matemática; Saúde e Sustentabilidade, relacionadas com a área Ciências da Natureza; Empreendedorismo e Cidadania e Expressões Culturais, relacionadas com a área de Ciências Humanas; e Expressão Corporal e Expressões Culturais, relacionadas com a área de Linguagens (Ensino Médio Gaúcho, s.d.). O Modelo Itinerário Saúde I sugere o aprofundamento de inúmeros conceitos sociais, psicológicos, antropológicos e biológicos sobre “sexualidade”, embora seja importante frisar que apenas os alunos que optassem por seguir o Itinerário Formativo em Saúde seriam beneficiados por essas aulas e pelas discussões sobre a temática, e o debate destes temas é de total autonomia e escolha da escola, não podendo garantir, desta forma, que até os optantes por este Itinerário teriam acesso a tais conteúdos.

A primeira sugestão está presente no Itinerário Saúde I, no Componente Curricular “Estrutura e Funcionamento da Máquina Humana” e do Eixo Estruturante “Investigação Científica nas Ciências da Natureza” (Quadro VII), em que “Sexualidade” e “Identidade de Gênero” aparecem como sugestão de objetos de conhecimento em meio a vários outros temas. A segunda sugestão, ainda dentro do mesmo Itinerário, está no Componente Curricular “Saúde e Práticas Preventivas”, em

que os objetos de conhecimento em relação a sexualidade mencionados são mais amplos, e envolvem o conhecimento de métodos contraceptivos de barreira e hormonais e ISTs.

Quadro VII – “Sexualidade” no Itinerário Saúde I

Habilidades	Sugestões de Objetos do Conhecimento
<p>(EMIFCNT01) Investigar e analisar situações- problema e variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais.</p> <p>(EMIFCNT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.</p> <p>(EMIFCNT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a dinâmica dos fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>	<p>Saúde coletiva: conceito e políticas públicas incluindo Saúde da População Negra, Saúde Indígena, Saúde da população quilombola; Políticas públicas e bem estar social; Aspectos biopsicossociais e saúde mental individual e coletiva; Fatores relacionados a transtornos de ansiedade; Práticas preventivas; Medicina tradicional e alternativa; Saúde na escola; Saúde no ambiente; Saúde e bem-estar social; Saúde mental; Sistema genital e saúde; Reprodução e hereditariedade; Citologia (Morfofisiologia celular e tecidual); Desenvolvimento embrionário humano; Células-tronco; Sexualidade Humana; Prevenção das ISTs; Fatores de risco para contaminação com ISTs; Anticoncepção; Controle da produção de estrógenos e progesterona; Cultura e uso de métodos contraceptivos; Métodos anticoncepcionais de barreira, hormonais e naturais; Utilização de métodos anticoncepcionais; Biodiversidade e saúde humana; Preservação e conservação da biodiversidade; Práticas sustentáveis e uso consciente dos recursos naturais; Desmatamento e poluição das águas; Descarte de resíduos e contaminação do meio ambiente; Saneamento básico e saúde ETA (Estações de tratamento de água) e ETE (Estações de tratamento de esgoto) e doenças relacionadas à falta de saneamento básico. Microorganismos; Epidemiologias e Parasitologia; Prevenção de doenças causadas por vírus e outros microorganismos.</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2021, p. 209-210)

A BNCC e os seus desdobramentos no Referencial Curricular Gaúcho

Como pode ser observado nas Figuras I e II e no Quadro II, o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio é o que mais possui menções e possibilidades de trabalhar a Educação Sexual durante o período escolar. Essa escolha pode estar

ligada à média de idade do início das relações sexuais dos brasileiros e brasileiras coincidir com o período escolar em que se cursa essa etapa do Ensino Básico, sendo 14 anos para meninos e 15 para meninas (Hugo *et. al.*, 2011). Segundo parecer da Organização Mundial da Saúde, a educação sobre sexualidade precisa ser feita por professores capacitados e que adequem seus métodos à faixa etária do contexto, e é importante para prevenir situações de abuso ou quebrar o silêncio sobre situações já ocorridas (OMS, 2020). Para Teixeira (2018), quanto mais ensinamos crianças a se conhecer, mais elas conseguirão se proteger, embora possa ser comum e até mais confortável para a maioria dos professores e até da comunidade escolar abordar essa temática apenas no final da vida estudantil. Outro ponto que pode ter garantido que essas menções fossem para a versão final do RCGEM foram as diversas mãos que escreveram esse documento, passando pela seleção de 36 professores selecionados pela SEDUC, das considerações do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Frente Parlamentar Fica Espanhol, Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Brasil, 2021), de professores, alunos e alunas e da sociedade civil como um todo, embora o documento não mencione como utilizou as mais de 120 sugestões recebidas (Freitas & Silva, 2023). Uma das consultas públicas ocorreu entre os dias 22 de março e 11 de abril de 2020, no site da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, onde foram apresentados os Itinerários Formativos. Em um movimento que buscou trazer pertencimento no processo de interação sociedade/escola, a consulta contou com 2123 contribuições, que podem até hoje ser lidas no site do RCGEM³. É importante frisar que, ao consultar os comentários, nenhum deles se opôs à inclusão das temáticas sobre gênero e sexualidade, e todos aprovavam a inclusão desses estudos nas sugestões de objetos de conhecimento dos Itinerários.

Porém, como já foi mencionado anteriormente, os Itinerários de Formação são diversos e é da vontade do aluno optar por qual seguir. Quando analisamos o quadro de Habilidades da área da Ciências da Natureza, é possível ver a menção à sexualidade no desdobramento da habilidade EM13CNT207 da BNCC, onde é sugerido o estudo da “diversidade e sexualidade” vinculados ao estudo do sistema reprodutor. Essa definição pode ser considerada por algumas escolas o suficiente para elencar em suas aulas de Biologia, por exemplo, os estudos acerca de identidade de gênero e sexualidade, embora, como afirma (Wedmira Siqueira & Nascimento, 2020), as escolas ainda tenham dificuldade de trabalhar questões de sexualidade atreladas ao cotidiano dos seus alunos, reprimindo ou ignorando-as.

³ Disponível em < <https://curriculo.educacao.rs.gov.br/>>. Acesso em 04 de julho de 2024.

Já o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Fundamental e do Ensino Infantil possui menções mais numerosas aos termos “sexualidade” e “gênero” do que a BNCC. Na primeira menção, há apenas uma mera troca da ordem das palavras da habilidade da BNCC EF08CI11 para a EF08CI11RS-1, e novamente observamos um direcionamento superficial do que seria “entender as múltiplas dimensões da sexualidade humana”. Já em EF08CI11RS-3 e EF08CI11RS-4, temos os termos “sexualidade” e “relações sexuais” empregados trazendo um pouco mais de direcionamento para quais assuntos abordar a partir da habilidade da BNCC. Novamente, a opção de manter esses assuntos para o oitavo ano do ensino fundamental pode ter sido uma escolha motivada pela idade esperada dos estudantes nesta etapa de ensino.

A BNCC, por sua vez, enquanto documento norteador de ambos os referenciais, parece ter sofrido mais retaliações. A retirada quase total dos temas de sexualidade e gênero do documento parece estar associada justamente ao seu caráter nacional e estar em maior destaque durante sua elaboração do que os RCGs, que por serem documentos regionais, estão sob tutela de menos olhos, por assim dizer, e conseqüentemente, menos críticas. O Referencial Curricular Gaúcho e o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio parecem não temer tanto o uso dos termos “sexualidade”, “sexo”, “diversidade” e “gênero”, e não há relatos nos meios de pesquisa usados de tentativa de modificações destes termos ou veto desse tópico nos RCGs.

Isso não significa que o estudo da sexualidade nas escolas gaúchas esteja assegurado, uma vez que os RCGs deixam em aberto para os municípios a elaboração dos seus próprios referenciais. Modificações e até a exclusão total dos termos e do tema podem ocorrer em algumas cidades. A discrepância entre os documentos destaca a influência da regionalização na educação e sugere que a implementação prática da Educação Sexual pode variar significativamente dependendo do quadro adotado. Assim, embora o RCG ofereça uma base mais sólida e detalhada para o ensino desses temas, a eficácia de sua aplicação pode ser comprometida pela autonomia dos municípios para adaptar ou omitir esses conteúdos. Portanto, o avanço e a permanência da Educação Sexual no currículo depende não apenas de diretrizes regionais.

Referências

BARBOSA, Raquel Firmino Magalhães; MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio; MELLO, André da Silva. A educação infantil na base nacional comum curricular: avanços e retrocessos. *Movimento-Revista de Educação*, Niterói, ano 6, n.10, p.147-172, jan./jun. 2019.

BARZOTTO, Carlos Eduardo. A tormenta chega ao sul: o movimento antigênero no Rio Grande do Sul (2014-2019). *Diversidade e Educação*, v. 8, n. 2, p. 99–127, 2021. Acesso em 01 fevereiro de 2024.

BEVILAQUA, Juliana. Pioneiro. *Vereador quer proibir material sobre ideologia de gênero nas escolas municipais de Caxias do Sul*. 21 de outubro de 2017. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2017/10/vereador-quer-proibir-material-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-municipais-de-caxias-do-sul-9960548.html>>. Acesso em 01 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Brasília, 2018a.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Base Denúncias de violência sexual são maioria contra crianças e adolescentes*. 4 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/denuncias-de-violencia-sexual-sao-maioria-contracrianças-e-adolescentes>>. Acesso de 01 de julho de 2024.

BRASIL. Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Adolescência e sexualidade são tema de formação*. 12 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/adolescencia-e-sexualidade-sao-tema-de-formacao>>. Acesso em 06 de julho de 2024.

BRASIL Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Referencial curricular gaúcho: ensino médio*. 2021.

BRASIL Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Referencial curricular gaúcho: ciências da natureza*. 2018b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Volume 10.2 – Orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997. 39p.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018c. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em 04 de julho de 2024.

COSTA, Diego da. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. *Documento que institui Referencial Curricular Gaúcho é entregue às entidades educacionais*. 18 de dezembro de 2018. Disponível em <<https://educacao.rs.gov.br/documento-que-institui-referencial-curricular-gaúcho-e-entregue-as-entidades-educacionais>>. Acesso em 03 de agosto de 2024.

ENSINO MÉDIO GAÚCHO. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. S.d. Disponível em <<https://ensinomediogaúcho.educacao.rs.gov.br/>>. Acesso em 03 de agosto de 2024.

FABRES, Ciro. Jornal Pioneiro. *Prefeito de Caxias do Sul ressuscita o projeto de lei contra ideologia de gênero*. 09 de dezembro de 2018. Disponível em

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/noticia/2018/12/prefeito-de-caxias-do-sul-ressuscita-o-projeto-de-lei-contra-ideologia-de-genero-10660174.html>>. Acesso em 01 de julho de 2024.

FREITAS, Fabrício Monte; SILVA, João Alberto da. As traduções e recontextualizações da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 104, p. e5149, 2023.

HUGO, Tairana Dias de Oliveira et al. Fatores associados à idade da primeira relação sexual em jovens: estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, p. 2207-2214, 2011.

LEÔNICIO, Joana Maria Macedo. A orientação sexual nas escolas a partir dos parâmetros curriculares nacionais. *Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós*, ano 3, n. 12, novembro de 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MATOS, Eder Henrique de. *Organização do trabalho escolar no processo de implementação da BNCC e do referencial curricular gaúcho: limites e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade de Santa Maria. Santa Maria, p. 103, 2021.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira; MAHEIRIE, Kátia; GESSER, Marivete. A retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. *Diversidade e Educação*, v. 8, n. 2, p. 128–151, 2021. Acesso em 01 fevereiro de 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no Parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JÚNIOR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. *EccoS – Revista Científica*, n. 41, p. 31–44, 2016. Acesso em 01 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Saúde sexual, direitos humanos e a lei*. Porto Alegre: UFRGS, 2020. 88 p.

PETÕ, Andrea. Epilogue: “Anti-gender” mobilisation discourse of conservative and far right parties as a challenge for progressive politics. In: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. *Gender as a symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Foundation for European Progressive Studies, 2015, p. 126-131.

SILVA, Silas Veloso de Paula de. *Diversidade de gênero e “Ideologia de gênero” na educação: estudo de caso em uma escola do Recife*. 2019. 71. f. Monografia (Trabalho

de Conclusão de Curso em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Silas Veloso de Paula; ALVES, Isabella Nara Costa; VIDAL, Fernanda Barreto Gueiros. “Ideologia de gênero” e a escola sem partido: desafios do ensino da sociologia na política brasileira a partir dos embates hegemônicos em torno da educação. *Revista Diversidade e Educação*, v.8, n.1, p.70-95, Jan./Jun.2020.

SIQUEIRA, Wdemira Silva de Aguiar; NASCIMENTO, Maria do Livramento de Freitas. Educação Sexual: um ensino de referência no desenvolvimento da sexualidade das crianças do Ensino Fundamental. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 48, 15 de dezembro de 2020.

VICENTE, Luciane da Silva. Sex education in the different versions of the common national curriculum base: from opening to silencing around the theme. *SciELO Preprints*, 2023. Acesso em: 01 de fevereiro de 2024.

XIMENES, Salomão Barros. Temos um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência. [Entrevista a Katia Machado] EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 15/12/2017 16h28m. Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

ZERO HORA. *Pelo menos oito Estados retiram referências a gênero dos planos de educação*. 29 de junho de 2015. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2015/06/pelo-menos-oito-estados-retiram-referencias-a-genero-dos-planos-de-educacao-4791753.html>>. Acesso em 01 de julho de 2024.